

# Chapa 1 é a nova diretoria eleita

A “CHAPA DO SERVIDOR: Unidade – Independência – Democracia” venceu as eleições para a nova direção do Sindsep-DF. Votaram, no total, 4.081 servidores, em 79 urnas coletoras, durante os dias 7 e 8 de novembro.

A apuração se iniciou na noite do próprio dia 8 e foi concluída por volta das 3 horas da madrugada do dia 9 de novembro e transcorreu num clima tranquilo e de respeito à democracia.

A boa organização do processo eleitoral como um todo, bem como dos trabalhos de apuração, contribuiu decisivamente para que condições iguais de disputa e de fiscalização fossem asseguradas para ambas as chapas, revelando a maturidade da categoria.

O novo secretário geral eleito é Oton Pereira Neves, servidor do Ministério da Saúde, cujo mandato é dar continuidade à organização da luta dos servidores, com total independência de classe, para exigir



■ Apuração dos votos na madrugada de 9 de novembro



■ Servidora se credencia para votar

do governo Lula o atendimento das reivindicações, consolidando um Sindsep-DF a serviço da categoria.

A direção do Sindsep-DF agradece a participação de todos os que contribuíram para esse processo eleitoral que, certamente, fortaleceu o sindicato e a luta dos servidores de Brasília.

## Resultado das Eleições

1º	-	Chapa 1	-	2.015	-	51%
2º	-	Chapa 2	-	1.941	-	49%
		Branco	..... 40			
		Nulos	..... 85			
		Total de Votos	..... 4.081			

## Ameaça de demissão no serviço público

O governo é o responsável pela não retirada do Projeto de Lei Complementar que abre as portas para a demissão no serviço público. A matéria pode entrar em votação no plenário da Câmara a qualquer momento. Conheça a situação do **PLP 248/98**:

- **Matéria:** regulamenta a demissão do servidor público por insuficiência de desempenho após duas avaliações consecutivas abaixo da média ou três alternadas computadas no período de cinco anos seguidos.
- **Autor:** Poder Executivo, ainda no governo FHC (1998), mas não retirado pelo governo Lula.
- **Tramitação:** regime de urgência (dispensa algumas exigências, prazos ou formalidades regimentais para ser votada)/ Câmara dos Deputados.
- **Histórico:** aprovada nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), a matéria foi encaminhada para o Senado Federal em 1999. Retornou à Câmara em 2000 para

apreciação das emendas propostas pelo Senado (Emenda 1 – acrescenta cargos, como o de técnico em Indigenismo da Funai, à relação de “atividades exclusivas de Estado” e Emendas 2 e 3 disciplinam a perda desses cargos). No mesmo ano, a CCJC deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Depois de longo tempo parado, o PLP 248 voltou a andar, justo no momento em que o governo pretende impor as “gratificações de desempenho” nos planos de carreira. No dia 9.10.07, a CTASP aprovou por unanimidade o parecer do deputado Luciano Castro (PR-RR) pela rejeição das emendas do Senado.

- **Situação atual:** pode ser votado a qualquer momento no plenário da Câmara. Se não for feita nenhuma modificação na matéria, ela segue para sanção presidencial.



Cultura

# Governo apresenta Termo de Compromisso

No dia 07.11, durante reunião com representantes dos servidores do Sistema MinC (Ministério da Cultura, Funarte, Iphan e Biblioteca Nacional), o governo apresentou uma minuta de Termo de Compromisso elaborada pelo Ministério

do Planejamento e a direção do MinC. O documento, baseado nos pontos discutidos no GT e em reuniões anteriores dos servidores com o governo, inclui itens discutidos no Encontro da Cultura, realizado nos dias 4 e 5.10.

Depois de avaliado

pelo Comando Nacional dos Servidores da Cultura, o texto foi novamente enviado para o Planejamento no dia 09.11. Na análise do Comando, a proposta continua aquém das reivindicações mas traz avanços significativos que podem permitir a im-

plementação do Plano de Cargos da Cultura. Alguns pontos serão discutidos posteriormente, como a racionalização dos cargos e o debate sobre a avaliação coletiva. Também ainda não se chegou a um acordo sobre a questão da interpolação.

Uma nova reunião para discutir as alterações no documento e a possível assinatura do termo está marcada para terça-feira, 13.11, às 20h. Os servidores continuam em alerta para que o Termo seja fechado e as reivindicações atendidas o quanto antes.

MEC

## Sindsep pede audiência para apurar corte do ponto

O Sindsep-DF já publicou no EG 246 (disponível no sítio do sindicato na Internet) uma matéria explicando que é assédio moral ameaçar, proibir e punir o servidor que participou de greves ou mobilizações convocadas pelo sindicato, incluindo aqueles que estão em estágio probatório. Na semana que passou, os servidores do Mi-

nistério da Educação foram surpreendidos com um registro prévio de falta injustificada no ponto referente aos dias parados da greve de 2006. Imediatamente, o Sindsep-DF solicitou audiência com o ministro Fernando Hadad visando a reverter o registro e, assim, impedir que se cristalize uma situação de perseguição e assédio.

Incra

## Ainda o impasse

Após uma audiência com a SRH, na quinta-feira, dia 08.11, quando o governo reapresentou a mesma proposta da reunião anterior, a diretoria colegiada da Confederação Nacional dos Servidores do Incra se reuniu no sábado, dia 10.11, para discutir o andamento das negociações e definir novos encaminhamentos. Acompanhe no sítio do Sindsep-DF na internet o resultado da reunião.

Imprensa Nacional

## Sindsep vai remarcar audiência

Devido à impossibilidade da audiência de quinta-feira, dia 8.11, o Sindsep-DF já procurou a direção da Imprensa Nacional para remarcar a reunião. Porém, a data só deve ser acertada na segunda-feira, dia 12.11, já que diretor-geral do órgão, Fernando Tolentino, vai entrar de licença médica e só retornará dia 26.11, e o seu substituto, Jorge Guerra, estava viajando na sexta-feira, dia 9.11.

Funai

## Presidente garante alterações no PCCI

Em reunião com a Comissão Nacional dos Servidores da Funai, na quinta-feira, dia 31.10, o presidente do órgão, Márcio Augusto Freitas de Meira, afirmou que o governo irá rever a proposta de Plano de Carreira e Cargos Indigenista (PCCIN). Esta foi a primeira audiência dos servidores com o presidente, desde que ele assumiu o cargo, em abril deste ano.

Foram cerca de três horas de conversa, na qual Meira adiantou que a intenção do governo é mesmo implantar uma carreira na Funai, sem a separa-

ção de atividades meio e fim. Ele garantiu que a elevação remuneratória será acima da tabela apresentada pelo governo, mas não confirmou os percentuais e também afirmou que já pediu ao Ministério do Planejamento que o impacto do plano seja a partir de janeiro de 2008.

Ao final, o presidente avisou que irá marcar uma nova reunião com a Comissão, desta vez com a presença de técnicos do Ministério do Planejamento e demais lideranças dos servidores da Funai para que, juntos, façam a dis-

cussão do projeto final do PCCI, o qual deverá ser submetido a aprovação da base em assembléias em todo o país. O presidente da Funai ainda se comprometeu a participar de uma assembléia geral da categoria para esclarecer dúvidas sobre o projeto final do PCCI.

Os servidores fizeram questão de lembrar que já entregaram ao secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Ferreira, por meio da Condese, um documento contendo as críticas e sugestões do funcionalismo da Casa para o PCCI.

Anistiados

## Critério único para derrubar entraves no retorno ao serviço público

Em audiência pública na quarta-feira, dia 07.11, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, os anistiados voltaram a pedir explicações sobre os entraves para o retorno ao serviço público, em cumprimento ao Decreto 6.077/07. Convidado a responder pelo governo, o Advogado-Geral da União, Antonio Toffoli, se comprometeu a encaminhar aos órgãos dos anistiados uma nota técnica contendo um critério

único para o julgamento dos processos de retorno, o que deve vencer os entraves colocados pelas assessorias jurídicas dos órgãos. Na ocasião, os parla-

mentares reafirmaram a formação de uma comissão mista composta por deputados e senadores que irão cobrar celeridade no retorno dos anistiados.

EXPEDIENTE:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Oton Pereira Neves, Thereza Alencar, Edison Cardoni, Carlos Alberto, Inácio Lima - Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Estagiária: Leide Santos Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Espalada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

